

## É hora do planejamento econômico

Entrevista: Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Jornal do Comércio*, 23.03.03

O Governo precisa voltar à filosofia do planejamento econômico. Sinalizar em quais setores investirá, estabelecer uma política comercial mais agressiva, estimular a poupança pública, cortar os gastos públicos - dos quais o pior é o juro - e redirecionar os recursos para investimentos. Isto é o que pensa o economista Luiz Carlos Bresser Pereira, que foi ministro da Fazenda no Governo Sarney e da Administração do Governo Fernando Henrique Cardoso. Crítico da indexação dos contratos assinados (pelo Governo anterior) com as empresas prestadoras de serviços de utilidade pública - "foi um erro (...); um absurdo; incompetência" - Bresser afirma que o Governo deve concentrar esforços na desindexação, inclusive negociando com os sindicatos de trabalhadores.

Defendendo a adoção de uma "flutuação suja" para o câmbio, o que implica taxa de juros baixa e controle da entrada de capitais, Bresser diz que "uma das armadilhas mais ferozes impostas ao Brasil, pelo sistema internacional, é a armadilha da credibilidade", que leva o País a fazer "tudo que eles querem".

O Brasil, na opinião de Bresser Pereira, deve mudar o regime de política econômica e, neste sentido, ele sugere como alternativa um "novo desenvolvimentismo", baseado numa taxa de câmbio realista e num forte comprometimento com o ajuste fiscal. Bresser admite que "ainda não apareceu a oportunidade adequada" para as mudanças necessárias na política econômica. A expectativa do ex-ministro é de que a guerra no Iraque tenha curta duração, permitindo, então, ao Governo buscar ainda este ano a estabilização macroeconômica. Com isto, o País, segundo ele, poderá ter taxas de crescimento de 8% ao ano facilmente.

**Jornal do Comércio** - Ao contrário das vozes correntes, o senhor diz que a taxa de juros pressiona a inflação uma vez que aumenta o custo das empresas e também influencia negativamente o Custo Brasil. Pode explicar isto?

**Luiz Carlos Bresser Pereira** - No Brasil, a taxa de juros básica é três vezes maior do que nos países com a mesma classificação de risco. É uma situação anômala, responsável pela semiestagnação em que a economia está há muitos anos. Aqui, a taxa de juros real oscila entre 8% e 12%; nos países ricos, entre zero e 3%; e nos países em situação semelhante a do Brasil, entre 3% e 6%. No Brasil, o nível da taxa de juros explica o déficit público e pressiona a taxa de juros de longo prazo, o que inviabiliza o crescimento econômico.

### **Há outros mecanismos para controlar a inflação?**

- Sim. O aumento da inflação no ano passado resultou da desvalorização cambial, que mudou os preços relativos, implicando em aumento de preços. Aquilo era para ser uma bolha, mas, como, no Brasil, há indexação de vários preços, especialmente dos serviços de utilidade pública, a inflação persistiu.

Há também a indexação informal de salários, uma vez que as empresas têm dado reajustes com base no INPC cheio. Isto implica inércia inflacionária. Então, é preciso desindexar a economia brasileira. Aumentar a taxa de juros para conter a inflação é inútil no Brasil porque a taxa de desemprego está elevada e a demanda fraca.

Isto não é uma crítica ao Palocci (ministro da Fazenda, Antonio Palocci) ou ao presidente do Banco Central (Henrique Meirelles). O Governo precisa mudar o regime de política econômica. A taxa de câmbio deve ser alta, o que já está acontecendo, a taxa de juros baixa, mas também devem ser adotadas outras medidas de política industrial e comercial.

### **O senhor admite, então, que ainda não é o momento de realizar as mudanças?**

É certo que ainda não apareceu a oportunidade adequada. O presidente Lula tem razão ao pedir paciência. O crédito internacional ainda está em crise; está voltando para o Brasil, mas ainda não totalmente. Além disso, é preciso que a guerra se resolva para que a situação mundial volte à normalidade.

### **Quando poderão vir as mudanças?**

No segundo semestre deste ano o Governo já poderá começar a mudar a política macroeconômica. Em seis meses será possível chegar a uma taxa de juros real entre 3% e 6% ao ano.

O Governo já vem manifestando a intenção de alterar os contratos com as empresas prestadoras de serviços de utilidade pública.

- Sim, e isto deve ser feito, não na base da violência, mas os contratos não podem ficar indexados ao IGP-M. Foi um erro indexar os contratos e um erro duplo indexá-los ao IGP-M, que embute a variação cambial. Um absurdo. Incompetência. Os investidores queriam uma indexação qualquer, não necessariamente o IGP-M. Eu não teria dado nenhuma e disse isto no Conselho de Desestatização, mas não havia espaço para o debate.

### **Este é o caminho para baixar a inflação?**

O Governo tem de concentrar esforços na desindexação e insistir com os sindicatos para não lutarem pela indexação dos salários em troca de um crescimento econômico

grande. Ajustar os salários pelo INPC cheio é muito; os salários têm que ser corrigidos por menos que isto.

**O senhor admite ter falhado, como parte do Governo Fernando Henrique Cardoso, na política econômica. Quais foram os principais erros?**

O Governo Fernando Henrique teve uma política social magnífica e foi bem sucedido também na reforma agrária e na reforma ética. Foi um bom governo. Acho possível termos um bom governo agora. Acredito que as reformas vão sair. É claro que há um aprendizado a ser feito. Qualquer pessoa que nunca tenha sido ministro ao vir a ser tem que passar alguns meses se informando para preparar seu programa.

**O senhor diz que o ex-presidente Fernando Henrique fez um bom governo, mas os integrantes do atual Governo dizem que receberam "uma herança maldita".**

Isto é bobagem. Temos que olhar para a frente. Temos um desafio. Não se conseguiu a estabilização macroeconômica, que não envolve só a estabilidade dos preços, mas também o equilíbrio das contas externas e um nível razoável ou de pleno emprego. Feito isto, imagino que o Brasil possa ter taxas de crescimento de 8% ao ano facilmente.

O ex-presidente Fernando Henrique conseguiu o segundo mandato com a bandeira da estabilidade macroeconômica e saiu do Governo erguendo a mesma bandeira como uma conquista dele. Só que esta estabilidade não existe.

Não é bem assim. Os preços não estão fora de controle. Só que os economistas ortodoxos entendem que estabilidade macroeconômica é exclusivamente estabilidade de preços. Eles não incluem aí a manutenção de um nível de emprego razoável ou pleno, nem o equilíbrio externo, por entenderem que o mercado se encarrega disso, o que é um contra-senso.

**A adoção de uma política industrial, rejeitada pelo Governo anterior, está em pauta novamente. O senhor é a favor?**

O Governo precisa voltar à filosofia do planejamento econômico. Deve sinalizar em quais setores investirá e, paralelamente, estabelecer uma política comercial bem mais agressiva, fazendo acordos com os Estados Unidos e a União Européia. É preciso estimular a poupança pública, cortar os gastos de consumo públicos - dos quais o pior é o juro - e redirecionar os recursos para investimentos, o que o FMI tem horror.

Não estou falando em reestatização, mas o Brasil precisa investir em áreas estratégicas. O Ministério do Planejamento deve voltar a planejar o gasto público de forma a permitir crescimento e geração de emprego. É preciso retomar a idéia desenvolvimentista no Brasil.

### **Qual o nível adequado para a taxa de câmbio?**

- Entre R\$ 3,20 e R\$ 3,40. É fundamental para o desenvolvimento que as empresas invistam em exportações e, para isto, é preciso que haja uma razoável certeza na manutenção da taxa de câmbio. Não sou contra o câmbio flutuante desde que seja uma flutuação suja, como qualquer país faz.

### **E como é isto?**

- Taxa de juros baixa para não haver entrada excessiva de capitais e controle na entrada se houver uma onda forte de capitais para o País, como ocorreu na década de 90. Isto é o que fazem Chile, China e Índia. Os países que mais cresceram na década de 90 administraram sua taxa de câmbio.

### **O senhor defende o aprofundamento do ajuste fiscal. De que forma?**

- Trata-se de uma terceira alternativa entre o monetarismo e o desenvolvimentismo. Eu chamo de "novo desenvolvimentismo", que seria baseado numa taxa de câmbio realista e num forte comprometimento com o ajuste fiscal.

### **A meta de superávit fiscal para este ano (4,5% do PIB) é razoável?**

- Sim, embora eu não tenha simpatia por este parâmetro. É um conceito do qual o FMI gosta porque não distingue despesas de consumo de investimentos e retira o pagamento dos juros do cálculo, o que é um absurdo. É um parâmetro imbuído de ideologia.

### **O senhor sugere que os Estados cuja situação financeira é crítica peçam concordata e securizem a dívida.**

O Governo (federal) não pode e não vai renegociar as dívidas dos estados e estes não podem deixar de pagá-la. Se o Estado está quebrado e tem dívidas com o setor privado, então, que entre em concordata e o setor privado assuma o risco do crédito que concedeu indevidamente.

### **Em outubro do ano passado, o senhor considerava grande o risco de o Brasil chegar à moratória externa. Ainda pensa assim?**

- Não é isso. Eu disse que devemos estar preparados para, no dia que não houver condições de pagamento, se não tivermos reservas suficientes, tomar as decisões certas: centralizar o câmbio e selecionar os pagamentos que devem ser feitos. É preciso ter clareza de que uma das armadilhas mais ferozes impostas ao Brasil pelo sistema internacional é a armadilha da credibilidade. Assim, é preciso fazer tudo que eles querem.

Mantivemos o câmbio sobrevalorizado porque o FMI, o Tesouro americano e o sistema financeiro internacional diziam que devia ser assim. Nós fizemos sem perceber que aquilo era uma política suicida. Para manter a credibilidade fizemos tudo errado. Isto é um escândalo, é a alienação da soberania nacional.

**O senhor afirma que, no caso da AES (multinacional americana que comprou a Eletropaulo e está insolvente), o Brasil deve agir sem se preocupar com sua credibilidade no exterior. Que tipo de ação cabe neste caso?**

- Se a empresa não paga sua dívida com o Brasil, o BNDES tem que agir duramente, tem que recuperar os ativos. É assim que agem os Estados Unidos, a França, a Alemanha. Não temos que nos basear no que os credores vão pensar. Eles, aliás, nem sempre chegam a exigir tanto quanto concedemos. Em geral, eles são mais razoáveis em suas exigências do que são as decisões que tomamos para não desagradá-los.

**Que danos a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque pode causar à economia brasileira?**

- Depende de sua duração. Se for longa, o preço do petróleo poderá voltar a subir e isto será ruim para o Brasil. Minha expectativa é de que essa guerra termine logo de modo que o Governo (brasileiro) possa fazer, já no segundo semestre, as mudanças macroeconômicas a que me refiro.